

A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BOLSA DE VALORES: IMPLICAÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE

Charlini Contarato Sebim¹

Resumo: O presente estudo tem por objetivo apresentar o processo de inserção da educação superior na Bolsa de Valores e suas implicações para o trabalho docente. Este artigo é resultado de uma pesquisa desenvolvida no Doutorado em Educação, linha de pesquisa História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais. A partir do estudo de caso de uma instituição de ensino superior que compõe o Grupo Kroton Educacional S.A., a Faculdade Pitágoras de Guarapari, buscamos mostrar algumas das estratégias de gestão usadas pela Sociedade Anônima para aumentar a extração de mais-valia de seus professores. Dentre as estratégias observadas, estão o aumento do número de disciplinas por professor, a redução da carga horária de trabalho com aumento da quantidade de trabalho, a utilização de apostilas e o crescimento do número de alunos por professor.

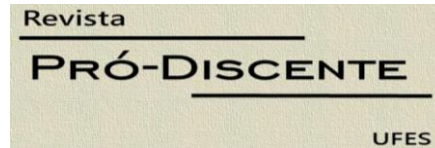
Palavras-chave: Exploração/Humanização. Ensino superior. Trabalho docente.

HIGHER EDUCATION ON THE STOCK EXCHANGE: IMPLICATIONS FOR TEACHING WORK

Abstract: This study aims to present the process of insertion of higher education in the Stock Exchange and its implications for the teaching work. This paper is the result of a research developed at the Doctorate in Education, research line History, Society, Culture and Educational Policies. From the case study of a higher education institution that makes up the Grupo Kroton Educacional S.A., the Pitágoras faculty of Guarapari, we seek to show some of the management strategies used by the S.A. to increase the extraction of surplus value from its teachers. Among the observed strategies, it is the increase on the number of disciplines by teacher, the reduction of work hours with increase on the amount of work, the use of handouts and the increase on the number of students by teacher.

Keywords: Exploration/Humanization. Higher education. Teaching work.

¹ Doutora em Educação. Instituto Federal do Espírito Santo, campus Vitória. Professora do curso de Licenciatura em Letras Português. E-mail: <lini.es@hotmail.com>.



1 INTRODUÇÃO

O ensino superior sempre despertou meu interesse. Ansiava por conhecer a estrutura e o funcionamento dele, a relação público/privado, as políticas educacionais direcionadas às instituições e a forma como se estabelece o trabalho docente. Pensando nisso, busquei o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e, na linha de pesquisa História, Sociedade, Cultura e Políticas Educacionais, encontrei o suporte teórico-metodológico para algumas dessas inquietações. Durante o Mestrado, tive a oportunidade de estudar uma política educacional direcionada ao ensino superior privado, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), graças à contribuição proporcionada pela linha de pesquisa e também ao riquíssimo aporte fornecido por minha orientadora. No Doutorado, também na mesma linha de pesquisa, pude investigar a dimensão que adquire o trabalho docente em uma empresa educacional de capital aberto.

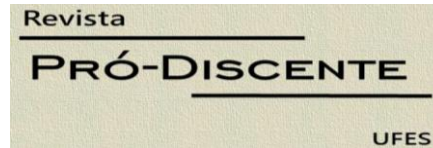
A escolha por investigar, no Doutorado, um dos maiores, e senão o maior, conglomerado educacional do mundo, tem relação com o processo formativo proporcionado pela linha de pesquisa, sobretudo pela minha orientadora que generosamente criou as condições necessárias para que o objeto em questão fosse elucidado.

Nesse contexto, este artigo se constitui a partir de um trabalho coletivo, haja vista a contribuição dos professores que participaram do estudo e sem os quais a pesquisa seria impossível, e o processo de formação proporcionado a mim a partir do conjunto de professores do PPGE, da linha de pesquisa e, sobretudo, das orientações recebidas. É importante mencionar também a colaboração de professores de outros programas da UFES que muito me auxiliaram na análise e compreensão do objeto escolhido.

O aprendizado adquirido no PPGE me fez entender que a produção de conhecimento está vinculada a um compromisso ético-político com a sociedade que estamos inseridos. Portanto, o conhecimento aqui produzido busca refletir criticamente sobre as condições e a organização do trabalho em uma empresa educacional privada.

A classe trabalhadora, por sua vez, precisa compreender a origem e as consequências do modo de viver capitalista. O processo de formação é essencial para que os indivíduos compreendam esse processo e, assim, adquiram consciência de classe.

É importante conceber a sociedade capitalista, dialeticamente. A contradição inerente ao seu modo de viver faz com que os indivíduos ao mesmo tempo em que são explorados também se humanizem. Isso é, por maior que seja a exploração por meio do trabalho,



aprendemos algo, adquirimos habilidade e ampliamos nossas funções psíquicas superiores. Karl Marx, a partir das apropriações de Feuerbach e Hegel, nos proporcionou uma maneira de pensar, cuja superação do pensamento se dá por apropriação e não exclusão, o que significa dizer que a exploração é a condição necessária para compreensão dos processos vividos.

Nessa acepção, concebemos o trabalho docente do ponto de vista de sua materialidade como uma produção não material que gera mais-valia. Por extensão, no capitalismo, a educação se converte em mercadoria para o capital e também em uma possibilidade de entender criticamente a sociedade que vivemos. Os professores são, pela condição de trabalhadores, reprodutores da ideologia capitalista e também formadores de sujeitos críticos.

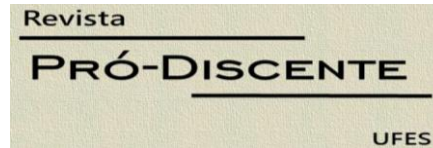
Pensando nisso e tendo em vista entendermos a dimensão que o trabalho docente atinge em uma instituição financeirizada, mostraremos as mudanças ocorridas na organização e nas condições do trabalho docente a partir do estudo de caso da Faculdade Pitágoras de Guarapari. A Faculdade Pitágoras de Guarapari é uma das faculdades controladas pelo Grupo Kroton.

Os dados que serão apresentados neste estudo foram obtidos por meio de entrevista² semiestruturada com seis professores. Alguns desses professores permanecem na instituição e outros não trabalham mais nela. Essas informações foram estudadas por meio da análise de conteúdo³. A hipótese que interpelou o estudo é de que, após a aquisição da Faculdade Pitágoras pela Kroton, houve uma intensificação da exploração do trabalho docente.

Visando contemplar essas questões, o presente trabalho está estruturado a partir dos seguintes pontos: 1º) o processo de inserção da educação superior na Bolsa de Valores; 2º) as estratégias utilizadas pela Kroton para controlar o trabalho docente; e, por fim, 3º) a dupla função do trabalho na sociedade capitalista.

² A coleta de dados para as entrevistas não se deu de forma institucional, ou seja, não passamos pelo aval da Kroton para termos acesso a esses professores. Assim, a coleta de dados dos professores participantes da pesquisa se deu de maneira extrainstitucional. A concordância dos professores com a entrevista foi um processo que ocorreu de forma tranquila, voluntária e com muita receptividade.

³ A análise de conteúdo, para Bardin (1977), constitui-se em um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção de mensagens.



2 INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NA BOLSA DE VALORES

O processo de inserção da educação superior na Bolsa de Valores data de 2007, momento em que quatro conglomerados educacionais aparecem no cenário brasileiro: a Anhanguera Educacional Participações S.A., a Kroton Educacional S.A., a Estácio Educacional S.A. e o Sistema Educacional Brasileiro S.A.

Dessas instituições, a Kroton desponta em 2011 como uma das empresas educacionais mais expressivas do Brasil, com 252.864 alunos matriculados no ensino superior, Graduação e Pós-graduação presencial e a distância. Em 2012, esse número passa para 410.035 alunos e em 2013 atinge um total de 518.508 alunos. A partir de julho de 2014, a Kroton se torna a maior empresa educacional do mundo, abrigoando 1,5 milhões de alunos e ocupando a 18ª posição da Bovespa em termos de valor de mercado, ou seja, R\$ 24,48 bilhões (REVISTA EXAME, 2014).

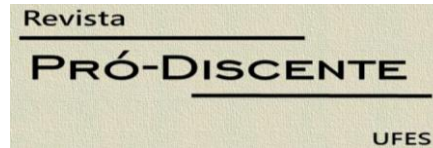
O cenário de inserção dessas instituições na Bolsa de Valores coincide com um período de supremacia da acumulação de capital fictício⁴ sobre a acumulação de capital real⁵.

Mundialmente, a partir de 1970, a multiplicação de papéis, capital fictício, tornou-se maior que a produção de riqueza real na esfera produtiva. Isso repercutiu na modificação da natureza da propriedade privada: até 1970, tinha-se uma dinâmica em que o capital era usado no processo de financiamento da esfera produtiva e, após 1970, a fração de mais-valia apropriada pela esfera financeira tem sido muito mais elevada. Além disso, a reconversão dos lucros da esfera financeira para a esfera produtiva não tem ocorrido com a mesma magnitude (PAULANI, 2010).

Antes de 1970, a relação social entre o capitalista, proprietário dos meios sociais de produção, e o trabalhador, proprietário da força de trabalho, mantinha-se nos limites das empresas de sociedade limitada. Atualmente, essa relação ocorre nas empresas de sociedade anônima de capital aberto, em que o acionista passa a ser um proprietário da receita dessa empresa.

⁴ Carcanholo e Sabadini (2009, p 43) esclarecem que esse capital “[...] nasce como consequência da existência generalizada do capital a juros, porém é o resultado de uma ilusão social”. A razão pela qual ele é chamado de capital fictício reside no fato de que por detrás dele não há nenhuma substância real e, portanto, ele não contribui para a produção nem para a circulação da riqueza, do ponto de vista que não financia nem o capital produtivo, nem o comercial.

⁵ Entendido como aquele que gera mais-valia do ponto de vista da totalidade, por exemplo, o capital produtivo.



No Brasil, as transformações que criaram as condições para a mudança no formato das empresas educacionais têm relação com a redefinição do papel do Estado e as alterações adotadas pela educação superior brasileira na década de 1990.

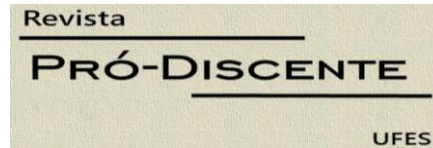
O fator decisivo para o crescimento da Kroton, segundo a Revista Exame de 23-7-2014, está na multiplicação da procura por ensino superior. Segundo a revista, essa demanda é oriunda de ações do governo que proporcionaram autonomia a instituições privadas e liberdade de escolha para os indivíduos. Para a revista, o primeiro passo aconteceu em 1997, com a permissão concedida pelo Governo Federal para que universidades e faculdades tivessem fins lucrativos, visto que, até aquele momento, apenas escolas e cursinhos poderiam distribuir lucro entre os acionistas.

De acordo com nossos estudos, em 1997, houve a aprovação do Decreto nº 2.306, que, ao, introduzir a distinção entre universidades e centros universitários, estimulou a ampliação de vagas no ensino superior privado. Convergindo com essa ideia, Castro (1999) enfatiza que o decreto, ao reorganizar o sistema de ensino superior, fundamentado nos princípios estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, garantiu, entre outros aspectos, mudanças na diversificação institucional por meio de novas modalidades jurídicas dos centros universitários e das faculdades integradas e estimulou a expansão de vagas, atribuindo maior liberdade para a criação de novos cursos por instituições não universitárias.

Ao analisarmos a mudança na Lei e as discussões de Saviani (2010) sobre esse assunto, parece-nos que esses centros universitários criados a partir do Decreto são, na verdade, universidades de segunda linha, pois não carecem de desenvolver pesquisa.

A alteração na forma jurídica que acarretou conteúdo a esses estabelecimentos se concretizou na diversificação das formas de organização das Instituições de Ensino Superior (IES). Essa diversificação trouxe à tona o modelo anglo-saxônico em sua versão norte-americana, ou seja, um modelo marcado pelo maior estreitamento dos vínculos da universidade com as demandas do mercado. Para Saviani (2010, p. 11) essas modificações reforçam a intenção de tratar a educação superior como mercadoria confiada “[...] aos cuidados de empresas de ensino que recorrem a capitais internacionais com ações negociadas na Bolsa de Valores”.

A Kroton, por exemplo, tem como seu principal acionista o fundo americano *Advent, Private Equity* que, em 2009, adquiriu 50% da empresa por R\$ 280 milhões.



3 FORMAS DE CONTROLE SOBRE O TRABALHO

A teoria da Administração tem muito a nos dizer sobre as tentativas históricas de conformação do corpo e da subjetividade do trabalhador à organização do trabalho, bem como das tentativas de resistência construída pelo trabalhador.

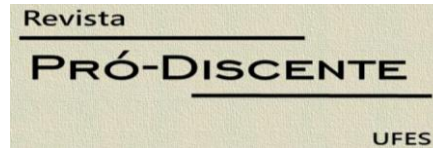
A adaptação do trabalhador ao modo capitalista de produção tem relação direta com a retirada violenta dos trabalhadores de suas condições anteriores e com seu ajustamento às formas de trabalho projetado pelo capital. Portanto, a adaptação aparente do trabalhador aos novos modos de produção nasce do extermínio de modos de vida anteriores. Entretanto, por trás dessa aparente habituação, a hostilidade dos trabalhadores às formas degeneradas de trabalho a que são submetidos continua latente.

O primeiro exemplo de organização do trabalho no mundo capitalista a conciliar eficiência econômica e disciplina rígida foi atribuído pelo taylorismo no início do século XX. O taylorismo veio valorizar o operário especializado, treinado para a execução de tarefas predefinidas. Na visão de Frederick Taylor, os responsáveis pela execução de tarefas deveriam ajustar-se aos cargos descritivos e às normas de desempenho. Com isso, a capacidade do operário tinha uma importância secundária, pois o essencial residia na tarefa de planejamento. Para tanto, Taylor apoiou-se “[...] no estudo de tempos e movimentos, na procura de uma capatazia funcional, no uso de incentivos econômicos, tarifa diferencial de salário” (TRAGTENBERG, 1977, p. 72). O taylorismo permitiu elevados lucros com baixo nível salarial e em curto prazo.

Para Moraes Neto (1991), o fordismo se apropriou dos princípios do taylorismo para aperfeiçoar o processo de intensificação do trabalho. O fordismo conseguiu isso, fixando o trabalhador em um determinado posto de trabalho, com as ferramentas específicas para a execução de cada tarefa e com o incremento da esteira. A esteira era responsável pelo transporte dos objetos de trabalho em suas diferentes fases de acabamento até o produto final.

É importante ressaltar que o processo de produção baseado no taylorismo/fordismo, apesar de ser um fenômeno do início do século XX, permanece ainda hoje em muitas empresas, de tal modo que o taylorismo/fordismo se mescla a outras formas de organização do trabalho. Uma dessas formas é a governança corporativa⁶ entendida como um novo

⁶ A Kroton, desde julho de 2007, está listada no Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. Isso significa que a empresa tem a governança como um mecanismo de suporte aos acionistas. Com isso, todas as operações, altas e quedas, são disponibilizadas aos acionistas os quais têm total controle sobre as atividades



mecanismo de gestão da força de trabalho e que, a nosso ver, se concretiza na mais nova forma de subsunção do trabalhador ao capital. Conforme um dos documentos da própria empresa, a Kroton é uma “companhia holding⁷ cujos resultados dependem dos resultados [...] [de suas] controladas, os quais não [...] [se pode] assegurar que serão sempre positivos” (KROTON, 2013, p. 22). Expresso de outra maneira, pode-se mencionar que a Kroton é uma empresa que é proprietária de outras empresas, portanto, a Kroton não possui atividade operacional, ela é apenas uma empresa de capital aberto. As empresas que a compõem, como, por exemplo, a Faculdade Pitágoras de Guarapari, são as responsáveis por sua atividade operacional.

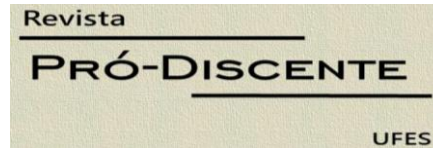
A Faculdade Pitágoras de Guarapari foi adquirida em 18 de janeiro de 2008 pelo valor de R\$ 4.600.000,00 (quatro milhões e seiscentos mil reais), com um total de 1.200 alunos (KROTON, 2008). Antes de sua aquisição pela Kroton, a faculdade era uma empresa familiar denominada Faculdades Integradas Padre Anchieta de Guarapari (FIPAG), administrada pela Administração de Ensino Superior de Guarapari Ltda (AESG) e a Sociedade de Ensino Superior de Guarapari Ltda (SESG). A FIPAG nasceu em 1989, na cidade de Guarapari, Espírito Santo. Após a aquisição pela Kroton, a FIPAG passa a se chamar Faculdade Pitágoras de Guarapari. Como a Kroton possui a titularidade da marca Pitágoras, em algumas de suas aquisições ocorre uma mudança no nome da instituição.

Após a aquisição da FIPAG, conforme entrevista com professores e documentação relacionada à Kroton, ocorre uma profunda mudança na organização e nas condições de trabalho.

A primeira dessas mudanças ocorreu em 2008 e está relacionada a uma metodologia de ensino conhecida por Termo. No Manual do Professor da Faculdade Pitágoras de 2008, a

operacionais da Kroton. A sociedade anônima que adota a governança corporativa acaba agregando um valor ideológico maior a sua empresa, uma vez que os indivíduos que investem em uma determinada sociedade se preocupam com um ressarcimento justo e com a transparência dos negócios. (KROTON, 2007)

⁷ Sendo a Kroton uma *holding*, a escolha pela aquisição de marcas que estão há mais tempo no mercado é comum. A marca Pitágoras existe há mais de 45 anos no mercado educacional e, portanto, a Pitágoras se constitui em uma das principais empresas da Kroton. A Kroton “adquiriu a titularidade sobre a marca ‘Pitágoras’, a título gratuito, por meio de um Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Marcas celebrado entre nós e o nosso acionista PAP, em 27 de maio de 2007” (KROTON, 2007, p. 134). A Kroton também é proprietária de outras marcas de educação privada. Dessa forma, a Kroton é uma *holding*, ou seja, uma organização que exerce sua atividade por meio de outras empresas. De acordo com o seu Formulário de Referência até 2012, a Kroton detinha a titularidade de “21 faculdades com a marca Pitágoras, dez faculdades com a marca UNIC, sete faculdades com a marca Uniasselvi, cinco faculdades com a marca Unopar, três faculdades com a marca UNIME, duas faculdades com a marca CEAMA, duas faculdades com a marca Unirondon, uma faculdade com a marca FAMA, uma faculdade com a marca FAIS e uma faculdade com a marca UNIÃO” (KROTON, 2013, p. 116-117), além de cinco escolas associadas no Japão e uma escola associada no Canadá.



nomenclatura Termo é usada para se referir a um regime semestral dividido por trimestres. Termo foi o nome atribuído a um regime de trabalho em que cada disciplina foi convertida em uma apostila. Segundo os professores entrevistados, o Termo consistia em uma apostila contendo metodologia e bibliografia a ser usada por professores e os alunos também recebiam apostilas relacionadas a cada disciplina.

Para os entrevistados, no período em que a Kroton utilizou os Termos, o professor sofreu com a sobrecarga de trabalho associada à tensão de ser demitido de uma forma muito mais rápida, isto é, após três meses de trabalho. A Kroton justificou o uso dos Termos pelo maior número de alunos que ingressariam na instituição por ano que, ao invés de ser de seis em seis meses, seria de três em três meses, sendo o Termo, portanto, uma metodologia extremamente lucrativa.

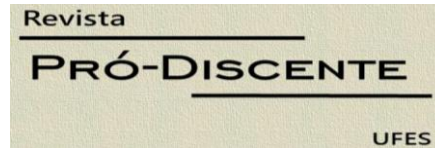
Nesse período, a rotatividade de professores aumentou muito conjugada a um rebaixamento da formação exigida pela instituição na contratação de professores. De acordo com relatos, profissionais recém-formados na Graduação e com Pós-Graduação lato *sensu* em andamento eram escolhidos para dar aula. Assim, a quantidade de disciplina por professor também aumentou, uma vez que as demissões aumentaram.

O Termo foi entendido como uma forma a aumentar o ritmo de trabalho dos professores ao mesmo tempo em que auxiliava os processos de demissão que, conseqüentemente, se intensificaram nesse período. Ele também buscou retirar do professor a autonomia pedagógica prevista na LDB de 1996, ou seja, a possibilidade de o professor decidir sobre a metodologia e corrente teórico-filosófica que embasa as suas aulas.

De acordo com os entrevistados, os Termos chegavam prontos e o professor tinha a função de executá-lo. Essa metodologia vigorou até excluir 2009. A nosso ver, o Termo provocou um engessamento e padronização do ensino, seguido de um esvaziamento do trabalho docente aos moldes da organização do trabalho concebida pelo taylorismo/fordismo.

A segunda mudança pedagógica ocorreu no final de 2009 e início de 2010, a partir da transferência de parte das disciplinas presenciais para o ensino a distância. Ou seja, 20% da carga horária de cada curso passou a ser a distância, o que provocou uma redução na carga horária do professor e mais demissões.

A terceira mudança pedagógica foi conhecida por aula estruturada. No documento da Kroton (2013, p. 125), a aula estruturada foi concebida como uma ferramenta direcionada ao planejamento, ao controle e à gestão das atividades de aprendizagem de sala de aula. Essas



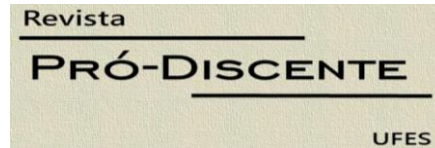
aulas têm o objetivo de o “aluno não perder tempo copiando matérias, [...] o professor tem mais tempo para trabalhar os conteúdos com maior profundidade”.

As aulas estruturadas, de acordo com os professores entrevistados, são aulas que você precisa postar em um portal específico antes, durante e depois da aula. Dizem respeito a um material elaborado pelos professores e disponibilizados aos alunos que tem por objetivo antecipar para o aluno o que será estudado na aula e atividade posterior à aula que será cobrada pelo professor. Elas são constituídas por objetivo, justificativa, meta e o material que será usado na aula. Cabe ao professor postar no site as aulas diárias no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Portal iLang). Esse portal, constantemente, encontra-se indisponível, o que dificulta a postagem do professor e o acesso dos alunos. De acordo com o relato dos professores, a aula estruturada parece ser apenas uma formalidade, visto que não percebem nenhuma mudança substancial nos alunos a partir dela. Essa aula também não considera as dúvidas que os alunos possam ter nem as possíveis relações a serem feitas a partir de um assunto.

A aula estruturada, em nosso entendimento, assemelha-se ao cumprimento de metas de produtividade. Nela, o trabalho do professor é avaliado pela quantidade de aulas estruturadas produzidas e postadas no *site* e não pela importância do conteúdo dessas aulas na formação de seus alunos. Essa mudança também repercutiu em um aumento da quantidade de trabalho por professor.

No capitalismo, o controle sobre o trabalho tem como fundamento central a produção de mais-valia. Essa submissão do processo de trabalho ao capital é caracterizada por Braverman (2011) de subsunção formal e subsunção real. Para o autor, a subsunção formal do trabalho ao capital aconteceu no início do processo de industrialização, cujo trabalhador, ainda que explorado, conseguia ditar o ritmo na produção. Já a subsunção real do trabalho ao capital ocorre com o desenvolvimento da grande indústria, com a maquinaria ditando o ritmo de trabalho e retirando do trabalhador o controle sobre o próprio trabalho. Nela, o modo de produção capitalista transforma, completamente, a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais. Diante dessa mudança, a subsunção real do trabalho no capital se desenvolve em todas as formas que produzem mais-valia relativa, ao contrário da absoluta.

A exploração que o trabalho assume na sociedade capitalista aparece como oposição à sua origem ontológica, ou seja, o trabalho como responsável pelo processo de humanização dos seres humanos, pela constituição da espécie humana. Nas palavras de Marx, “[...] o trabalho é uma condição natural eterna da existência humana. O processo de trabalho não é



mais do que o próprio trabalho, considerado no momento da sua atividade criadora” (MARX, 1980, p. 64-65). O trabalho, no capitalismo, adquire uma dupla função, isto é, atua de forma a desenvolver as potencialidades humanas e auxilia o processo de exploração.

4 TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: EXPLORAÇÃO E HUMANIZAÇÃO

O processo capitalista de produção não se reduz à produção de mercadorias em sentido concreto. Nele, trabalho docente aparece como uma produção não material (MARX, 1980). Marx entende que professores, médicos, padres, entre outros trabalhadores similares têm a sua produção inseparável do produto.

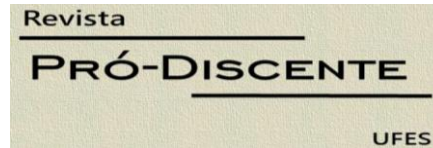
Ao conceber o trabalho não material como produtor de mercadorias,⁸ Marx nos leva à compreensão de que o empresário de uma instituição de ensino ao se utilizar da força de trabalho dos professores para se enriquecer, transforma a produção não material, o ensino, em mercadoria.

O produto gerado pelo professor, o ensino, é consumido simultaneamente à sua produção, e o consumo, pelos alunos, da mercadoria ensino, pode gerar outros conhecimentos e ninguém consegue prever o que um conhecimento disseminado pelo professor pode gerar, futuramente.

Compreendemos que, na sociedade capitalista, o ensino se converte em mercadoria para o capital da mesma forma que os professores são, pela condição de trabalhadores assalariados, produtores de mais-valia, trabalhadores produtivos.

Pelo nosso entendimento, do ponto de vista da materialidade, a mercadoria produzida pelo professor, o ensino, não é material. O fato de o modo de produção capitalista separar os diferentes trabalhos em manual e mental e de isso aprofundar a divisão do trabalho não altera em nada a relação de cada um desses trabalhadores com o capital, isso é, a de trabalhador assalariado. Do ponto de vista da totalidade, todos os trabalhadores assalariados trocam o seu trabalho diretamente por dinheiro como capital e, nessa ação, reproduzem, de imediato, além do próprio salário, a mais-valia para o capitalista.

⁸ “[...] no caso de produção não material, ainda que esta se efetue exclusivamente para troca e **produza mercadorias**, existem duas possibilidades [...]” (MARX, 1980, p. 79, grifo nosso).



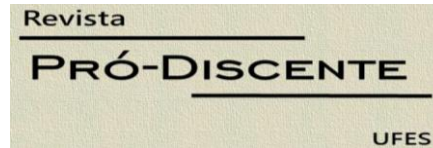
Os trabalhadores assalariados que estão na educação superior, de acordo com Saviani (2007), têm a função de possibilitar as formas mais elevadas de conhecimento. Nas palavras do autor, esse nível é responsável por “[...] organizar a cultura superior como forma de possibilitar que participem plenamente da vida cultural em sua manifestação mais elaborada todos os membros da sociedade, independentemente do tipo de atividade profissional a que se dediquem” (SAVIANI, 2007, p. 161). Para o autor, o trabalho educativo

[...] é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas de atingir esse objetivo (SAVIANI, 1991, p. 21).

O trabalho é uma atividade necessária para assegurar tanto a reprodução do indivíduo singular quanto a da sociedade como um todo. Duarte (2007), ao complementar Saviani (2007), relaciona a atividade do trabalho com a reprodução da sociedade e chama a atenção para o fato de que o produto do trabalho não pode ser usado apenas para atender às necessidades individuais do ser humano, visto que dele depende a reprodução da humanidade. Dessa forma, o produto do trabalho educativo está relacionado com a reprodução dos indivíduos educados e, ao mesmo tempo, o trabalho educativo está associado à reprodução da prática social, uma vez que ele necessita ser, intencionalmente, conduzido pelo educador desde o início do processo educativo.

Sendo assim, o trabalho educativo é composto pela identificação dos elementos culturais a serem assimilados pelos indivíduos para que eles se tornem humanos e pela descoberta das melhores formas para se alcançar esse objetivo. O trabalho do professor consiste na identificação dos conteúdos e na escolha do método adequado para que esses conteúdos possam ser assimilados pelos alunos. Todavia, a partir do momento em que o conteúdo e o método são definidos por outros, o trabalho do professor passa a ser constituído por objetivos alheios à sua vontade. O trabalho, de uma forma de satisfação de necessidades, transforma-se apenas em um meio de satisfação de uma necessidade (a subsistência).

Embora a dimensão humanizadora do trabalho, na sociedade capitalista, tenha que conviver com processos alienantes, entendemos que o trabalho docente continua a produzir objetivações ligadas ao gênero humano. Por maior que sejam as estratégias de controle e dominação usadas sobre o trabalho docente, os professores entrevistados conseguiram fazer uma análise crítica da situação vivida.



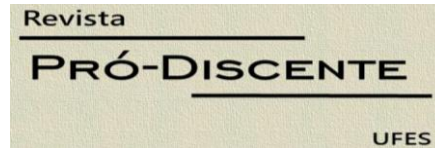
Isso nos leva a crer que, por mais que os instrumentos utilizados pela Kroton tenham intensificado a exploração por meio do trabalho docente, os professores conseguiram enxergar as estratégias de gestão usadas pela Faculdade Pitágoras para descaracterizar o trabalho deles. O estudo também mostrou que, apesar da organização e das condições de trabalho auxiliarem o aumento das demissões e rotatividade de professores, a redução do nível de formação dos professores contratados, bem como a redução da autonomia que compõe o trabalho docente, a exploração também proporcionou aos professores indignação, questionamento e conhecimento relacionado aos processos sofridos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nosso ver, o trabalho docente, na Faculdade Pitágoras de Guarapari, assumiu características que se aproximam da organização de trabalho taylorista. Além disso, as estratégias utilizadas pela Kroton se converteram em mecanismos empenhados a criar “valor acionário” na medida em que auxiliaram a intensificação da exploração dos professores, ou seja, pressionando os trabalhadores de maneira a extrair o máximo de mais-valia para a geração de lucros. Segundo nossos estudos, da mesma forma que o capital fictício cresce com valorização especulativa e, com isso, esconde a mais-valia extraída do setor produtivo que o sustenta, ele possui um poder muito maior para dissimular a exploração do trabalho assalariado que alimenta o sistema capitalista; Isso é, o capital fictício consegue disfarçar com maior eficácia a origem da riqueza que o sustenta.

A organização tecnicista de trabalho garantiu a eficiência e produtividade por meio da inclusão de metas de produtividade. Dessa maneira, na instituição pesquisada, as mudanças pedagógicas introduzidas pela metodologia dos termos, pelas disciplinas à distância e pela aula estruturada se vincularam à ideia de custo-benefício e isso auxiliou o aumento da riqueza apropriada pela Kroton via trabalho dos professores. Essa política, respaldada nos índices de produtividade, também respeita os princípios da governança corporativa que, em atendimento às metas de produtividade, eleva o ritmo de trabalho na intenção de produzir o máximo de mais-valia e em menos tempo de trabalho.

Essas mudanças pedagógicas também reduziram a participação do professor no que se refere à escolha do referencial teórico-metodológico e bibliográfico. A exclusão do professor do ato de planejar, da opção teórica e da escolha do método de ensino contribuiu para a



redução do papel do trabalho docente. Da mesma forma, a transferência das disciplinas para o ensino a distância comprometeu a formação nas áreas filosófica e sociológica, enquanto a burocratização do trabalho do professor por meio da aula estruturada e a contratação de professores recém-formados colaborou para o aumento da precarização do trabalho docente. O ensino superior, de um *status* que privilegia a crítica, que acolhe os conflitos, que defende a autonomia de ideias (CHAUÍ, 2014), na instituição pesquisada, aparentemente, tem se inclinado à aplicação de manuais, as disciplinas vazias de conteúdo crítico e um local privilegiado para o recrutamento de professores que, não necessariamente, dominam o campo de conhecimento no qual trabalham. Conforme demonstrado, o aumento do ritmo de trabalho e a separação entre planejamento e ensino se aproximaram da administração científica defendida por Taylor.

As mudanças ora expostas atuaram de forma a intensificar a exploração do trabalho docente. Ainda assim, a vertente humanizadora do trabalho não desapareceu, visto que grande parte desse estudo só foi possível pelas informações e esclarecimentos concedidos pelos professores que vivenciaram e muitos deles não se intimidaram com as formas de controle utilizadas pela Kroton.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

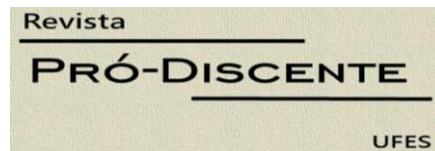
BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2013.

_____. **Decreto nº 2.306**, de 19 de agosto de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm Acesso em: 14 jan. 2013.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

CARCANHOLO, Reinaldo.; SABADINI, Maurício. Capital fictício e lucros fictícios. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, jun. 2009.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **Educação para o Século XXI: O desafio da qualidade e da equidade**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, 1999.



CHAUÍ, Marilena. **Contra a universidade operacional: a greve de 2014.** Aula magna proferida na USP, São Paulo, em 8 de agosto de 2014.

DUARTE, Newton. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski.** Campinas: Autores Associados, 2007.

KROTON. **Formulário de Referência:** Kroton Educacional S.A. 2013. Disponível em: http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=32858. Acesso em: 29 out. 2013.

_____. **Formulário de Referência:** Kroton Educacional S.A., 2007. Disponível em: http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=32858. Acesso em: 29 out. 2013

_____. **Formulário de Referência:** Kroton Educacional S.A., 2008. Disponível em: http://ri.kroton.com.br/kroton2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=32858. Acesso em: 29 out. 2013

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital:** resultados do processo de produção imediata. São Paulo: Moraes, 1980.

MORAES NETO, Benedito Rodrigues. **Marx, Taylor, Ford:** as forças produtivas. São Paulo: Brasiliense, 1991.

PAULANI, Leda Maria. O Brasil na crise da acumulação financeira. IV ENCUENTRO INTERNACIONAL: ECONOMIA POLÍTICA Y DERECHOS HUMANOS, 2010, Buenos Aires: Universidade Popular Madres de Plaza de Mayo, 2010.

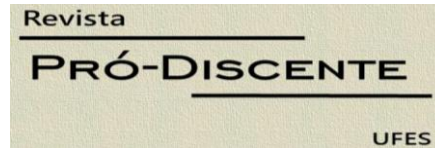
REVISTA EXAME. **Nasce a maior empresa do mundo.** Edição 1069. Ano 48. Nº 13, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. **Educação e questões da atualidade.** São Paulo: Livros do Tatu e Cortez, 1991.

_____. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Revista Poiesis Pedagógica.** v.8, n.2, p. 4-14, ago./dez. 2010.

TRAGTENBERG, Maurício. **Burocracia e Ideologia.** São Paulo: Ática, 1977.



Trabalho recebido em: 29/11/2018

Aprovado em: 10/06/2019

Publicado em: 06/03/2020

COMO REFERENCIAR ESTE TRABALHO CONFORME ABNT

SEBIM, Charlini Contarato. A educação superior na Bolsa de Valores: implicações para o trabalho docente. **Revista Pró-Discente**, Vitória, v. 25, n. 2, p. 53-67, jul./dez. 2019.